



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS CHAPECÓ**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ANDRESSA CAMPAGNARO CAMPANA**

**A MULHER NEGRA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA de**  
**ADELAIDE MARIA DA TRINDADE BATISTA, PALMAS - PR.**

**CHAPECÓ**

**2016**

**ANDRESSA CAMPAGNARO CAMPANA**

**A MULHER NEGRA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA de  
ADELAIDE MARIA DA TRINDADE BATISTA, PALMAS - PR.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção do grau  
de Licenciada em História da Universidade Federal  
da Fronteira Sul.

Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup> Renilda Vicenzi

**CHAPECÓ  
2016**

ANDRESSA CAMPAGNARO CAMPANA

A MULHER NEGRA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA de  
ADELAIDE MARIA DA TRINDADE BATISTA, PALMAS - PR.

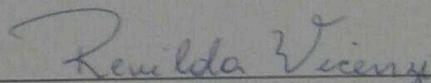
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Renilda Vicenzi.

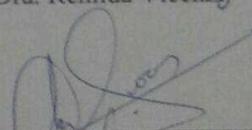
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

30/10/2016

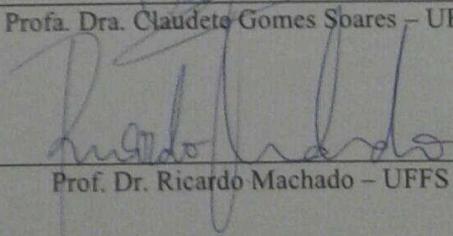
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Renilda Vicenzi – UFFS



Prof. Dra. Claudete Gomes Soares – UFFS



Prof. Dr. Ricardo Machado – UFFS

CAMPANA, ANDRESSA CAMPAGNARO

A MULHER NEGRA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA de ADELAIDE MARIA DA TRINDADE BATISTA, PALMAS - PR./ ANDRESSA CAMPAGNARO CAMPANA. -- 2016.

52 f.

Orientadora: Renilda Vicenzi.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História  
, Chapecó, SC, 2016.

1. Comunidade Quilombola Adelaide Maria da Trindade Batista. 2. A invisibilidade e a Auto Identificação da Comunidade Quilombola. I. Vicenzi, Renilda, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

*A única maneira de fazer um bom trabalho é amando o que você faz. (Steve Jobs).*

À minha família e amigos.

## AGRADECIMENTO

É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo contribuíram, nos momentos serenos ou apreensivos, devido a isso primeiramente agradeço todos de coração.

Agradeço aos meus pais Ivar e Sirlei, por me proporcionarem uma vida bem vivida e feliz, por não medirem esforços para que eu chegasse até essa etapa da minha vida, e pela preciosa lição de que sem caráter e dignidade e sem luta por um ideal é impossível vencer.

Agradeço do fundo do meu coração à minha amável orientadora Renilda Vicenzi, pela grande profissional e pesquisadora que és, pelos inúmeros momentos de aprendizados, pelos diálogos e contribuições que me ajudaram amadurecer e realizar essa pesquisa, muito obrigada.

Agradeço aos meus eternos amigos que a graduação me proporcionou: Fernanda Aparecida Giongo, Tailor Giombelli e Guilherme Henrique Piaz Paslauski.

Agradeço ao Corpo de Bombeiros de Chapecó, pelos momentos que precisei me ausentar para a realização da graduação, pela compreensão, pelo trabalho que exercem na sociedade, em especial aos meus colegas de setor: Ten. Piva por ser muito mais que um chefe e sim um pai, por ser uma pessoa de uma humildade nunca vista antes. Ten. Reitz, pelos seus ensinamentos, pela competência profissional que, certamente servirá de espelho para minha conduta enquanto profissional. Cb Evandro pelos conselhos, Cb Rosin pelo incentivo. Sd Haetinger por suprir a minha ausência no setor. Em fim a todos que de uma forma ou outra contribuíram para essa caminhada.

Agradeço à Andressa, Tamires e Jaqueline. Vocês são pessoas que fizeram parte diretamente desta minha jornada, pois, quando moramos juntos compartilharam comigo dias alegres e tristes. Tornaram a convivência muito prazerosa, com muitas risadas, histórias, aprendizagem, farra e companheirismo.

Nesta hora de encerramento de uma etapa muito especial, em que a alegria por estar terminando se junta ao cansaço, torna-se difícil lembrar-me de todos os amigos e colegas que participaram comigo dessa jornada, mas de uma maneira muito sincera, agradeço a todos que de uma forma ou de outra colaboraram para a realização dessa monografia.

Meus sinceros agradecimentos!

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”. (Madre Teresa de Calcutá)

## RESUMO

O trabalho proposto tem por objetivo compreender o poder político/social associado aos costumes da Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, localizada na cidade de Palmas/PR, pensando a comunidade a partir da liderança feminina. Já identificado que entre os indivíduos que compõe a comunidade está à liderança político-social da senhora Maria Arlete Ferreira da Silva. As fontes estudadas/pesquisadas foram à história oral e o livro de Atas da comunidade. As Atas indicam o debate a cerca das lutas e das conquistas desta comunidade, com representação significativa da liderança feminina. Está é uma comunidade quilombola urbana, portanto deve ser entendida que diante da expansão dos centros urbanos, vários territórios quilombolas se tornaram parte de um espaço maior, contudo permanecessem movidos pelo desejo de valorização de seu passado de luta e resistência para tornarem-se cada vez mais visíveis.

**PALAVRAS CHAVES:** Quilombolas, Liderança Feminina, Cotidiano, Saberes quilombolas.

## **ABSTRACT**

The proposed study aims to understand the political / social power associated with the customs of the Community Quilombola Adelaide Maria Trinity Baptist, located in the city of Palmas / PR, thinking the community from the female lead. Already identified that among the individuals who make up the community is the political and social leadership lady Maria Arlete Ferreira da Silva. Sources studied / researched were the oral history and community Minutes Book. The minutes indicate the debate about the struggles and achievements of this community, with significant representation of women's leadership. This is an urban quilombo therefore to be understood that given the expansion of urban centers, many quilombo territories became part of a larger space, yet remain driven by the desire of appreciation of his past of struggle and resistance to become increasingly more visible.

**KEYWORDS:** Quilombo, Women's Leadership, Daily Life, maroon Knowledge.

## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 01 - Certidão de Auto- Reconhecimento emitido pela Fundação Palmares à comunidade de Remanescentes de Quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista – Palmas/ PR

Imagem 02 – Fotografia das lavadeiras do Bairro. Acervo pessoal da Dona Maria Arlete Ferreira da Silva

Imagem 03 – São Sebastião no altar da Igreja da Comunidade

Imagem 04 - Jornal A Folha do Sudeste, 22 de Janeiro de 2014, edição nº 1001

## **LISTA DE MAPA**

Mapa 01 - Comunidades pertencentes ao São Sebastião do Rocio

## **LISTAS DE SIGLAS**

ADCT Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ABA Associação Brasileira de Antropologia

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

FCP Fundação Cultural Palmares

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. COMUNIDADE QUILOMBOLA ADELAIDE MARIA DA TRINDADE BATISTA.....</b>	<b>19</b>
2.1 OS QUILOMBOS URBANOS DE PALMAS.....	19
2.2 A PRESENÇA FEMININA NA COMUNIDADE DE ADELAIDE MARIA DA TRINDADE BATISTA .....	26
2.2.1 A SUCESSÃO DE MARIAS .....	29
2.3 O DIREITO À TERRA QUILOMBOLA .....	33
<b>3. A INVISIBILIDADE E A AUTO IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA.....</b>	<b>36</b>
3.1 O QUILOMBO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA. ....	36
3.2 ALGUNS COSTUMES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA.....	39
3.2.1 FESTAS PARA REZAR, COMER E DANÇAR NO SÃO SEBASTIÃO DO ROCIO.....	39
3.2.2 CASAMENTO .....	41
3.2.3 ENTRE BENZER E PARTEJAR .....	42
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>49</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A História dos quilombos sempre esteve cercada com representações de lutas e resistências a escravidão e ao sofrimento. Mesmo estando há mais de um século da libertação dos escravos, as comunidades que são originárias “**disso**” ainda precisam lutar contra o racismo, o descaso do governo, entre outros obstáculos. O presente trabalho apresentará os caminhos percorridos para a compreensão de como ocorre o processo de adesão do poder político/social feminino associado a seus costumes, juntamente com questões oportunas que envolvem a comunidade quilombola Adelaide Maria da Trindade Batista. Especificamente trazemos à história de mulheres que vivem nesta comunidade, e entre elas a senhora Maria Arlete Ferreira da Silva<sup>1</sup>, para como suas trajetórias contribuem para a presença e emancipação das mulheres do quilombo.

É interessante ressaltar o papel da figura feminina negra abeirando ao mito da fragilidade feminina, a qual abarca as sociedades, no qual ocorre a proteção através da figura masculina sobre as mulheres, no contingente das mulheres negras esse mito não é reconhecido, pois a fragilidade não é característica dessas figuras dentro do campo social/histórico que elas fazem parte. Essas mulheres são originárias de uma cultura invisível, violada, folclorizada e ainda muito marginalizada (CARNEIRO, 2011). É necessário um novo olhar para que ocorra a quebra da invisibilidade que as cercam, diante disso é preciso que elas sejam apresentadas para a sociedade ao passo que seja quebrado esse tabu como a questão de gênero na sociedade brasileira.

Os saberes quilombolas provocam determinadas reflexões sobre a riqueza de conhecimentos vivenciados no dia a dia desses sujeitos. De acordo com documentos, tais como: **Terra e Cidadania: terra e territórios quilombolas**, do grupo de trabalho Clóvis Moura – Relatório de 2005-2010, no município de Palmas/PR, especificamente no bairro São Sebastião do Rocío, moram cerca de 4.200 habitantes<sup>2</sup>, onde localizou-se cerca de 80 famílias, as quais se auto identificam como “remanescentes de quilombos” e são organizadas em torno da “Associação Quilombola Adelaide Maria da Trindade Batista”, fundada no ano de 2007.

---

<sup>1</sup> Maria Arlete Ferreira da Silva, 72 anos, contadora oficial das histórias da comunidade, professora aposentada, primeira moradora do bairro a cursar o Ensino Superior.

<sup>2</sup> Relatório do grupo de trabalho Clóvis de Moura (2005–2010), disponível em <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>. Acessado em: Outubro de 2015.

A Associação Quilombola Adelaide Maria da Trindade Batista, tem certificação de Auto Reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares em Palmas – PR<sup>3</sup> é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, sem credo ou religião, raça, etnia, classe, orientação sexual, de duração indeterminada, a mesma foi constituída para fins não econômicos pela união de moradores da comunidade/bairro São Sebastião do Rocio em Palmas/PR. Diante dessa situação, a comunidade quilombola em questão, busca através do reconhecimento a garantia de seus direitos.

A constituição Federal de 1988 torna em voga a questão quilombola, fruto de mobilização do movimento negro, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.

Foi através da concretização desse direito que ocorre o debate sobre o conceito do que é quilombo e do que são remanescentes quilombolas. Definir esses conceitos são fundamentais para a identificação da comunidade em questão, e identificar quem tem ou não, direito à propriedade da terra quilombola. Na constituição, utiliza-se o termo “remanescente de quilombo”, que nos traz a noção de resíduo, ou seja, de algo que foi e que restaram lembranças.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA)<sup>4</sup> divulgou em 1994, no Artigo 68 do ADCT<sup>5</sup>, em que define o que são “remanescentes de quilombo”:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (Associação Brasileira de Antropologia, 1994, p.81).

---

<sup>3</sup> Em anexo encontra-se a Certidão de Auto Reconhecimento da Comunidade Quilombola de Adelaide Maria da Trindade Batista.

<sup>4</sup> Associação Brasileira de Antropologia. Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais; Regulamentação de terras de negros do Brasil. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/DocQuilombosABA\\_1a.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/DocQuilombosABA_1a.pdf). Acessado em: Outubro de 2015.

<sup>5</sup> O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: Setembro de 2015.

Diante disso, é importante que quando falamos de identidade étnica, tratarmos de um processo de Auto Identificação, e que não reduz apenas em elementos materiais ou traços biológicos, mas sim os traços que diferem do restante da sociedade, e que garantem acima de tudo certos direitos diante da propriedade da terra.

Atualmente sucedem disputas referentes aos direitos dos quilombolas e posterior afirmação das suas respectivas identidades para que assim ocorra o Auto Reconhecimento, ante o exposto acontece determinadas mudanças conceituais nesses espaços na contemporaneidade.

É preciso que haja debates em torno ao conceito de raça, segundo Petronilha Beatriz Silva (2004), tem uma conotação política e é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras para informar como determinadas características físicas como: cor da pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.

Nesse debate é interessante ressaltar que a história não se deve reduzir a uma única categoria de sexo, e sim de gênero, logo social. Essa distinção se torna necessária à medida que por meio dela, percebemos o cuidado que os historiadores devem ter sobre as mulheres e analisá-las como um todo e não como categoria isolada, como uma parte integrante na construção das relações.

Historicamente a cultura feminina vem se construindo no interior de um sistema cotidiano de relações desiguais. É significativo observar tais diferenças em sociedades também diferenciadas, no nosso caso, os quilombos. Nos últimos anos os pesquisadores de áreas do conhecimento histórico ou antropológico, vêm desenvolvendo pesquisas acerca do papel da mulher ao longo do tempo<sup>6</sup>. É interessante ressaltar nestas pesquisas os lugares de condutas femininas, e a inflexão da binômia dominação masculina/opressão feminina. Não se trata de atribuir poderes não reconhecidos às mulheres, mas de colocar em evidência a vida, a história das mulheres. A cultura feminina é aquela que interessa a toda a comunidade, porém é preciso analisá-la com certos cuidados, pensando em termos de relações e dependências.

---

<sup>6</sup>DAUPHIN Cécile. et al . **A história das mulheres cultura e poder das mulheres**: ensaio de historiografia. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG V.2-N. 1. Niterói: EdUFF. Disponível em:

[http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia\\_das\\_mulheres\\_nuteg.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia_das_mulheres_nuteg.pdf).

Acessado em: Novembro de 2015.

Portanto, propõem-se através de fontes orais, das escritas como as atas, estatutos, artigos e obras a compreensão desses acontecimentos. Levando sempre em conta a memória, a qual é uma reconstrução psíquica e intelectual realizada a partir de um acontecimento do passado. No qual este passado não está somente ligado ao indivíduo em questão e sim ao um contexto, seja ele, social e familiar. Avante como Pollak apresenta:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. (POLLAK, 1992, p.4).

Pode-se dizer que a memória é um elemento que produz a identidade, levando em conta também, que geralmente é um sentimento de continuidade tanto individual, quanto coletiva.

O amparo dos estudos será norteado através dos procedimentos metodológicos da história oral. Essas memórias orais em quase sua totalidade estão registradas, isto é já transcritas no trabalho monográfico da Hellen Cris Leite de Lima em *A construção da memória coletiva na comunidade Remanescente de Quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista (Palmas-PR)* 2013 e analisadas num diálogo com outros referenciais bibliográficos, tais como *História Oral: Como fazer Como pensar*, escrito por José Carlos Sebe B. Meihy e Fabiola Holanda; *História Oral: Desigualdade e Diferenças*. Organizado por: Robson Laverdi.

Quanto à análise documental, através das atas da Associação de Remanescentes de quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista da Câmara de Vereadores do Município de Palmas e da Certidão de Auto Reconhecimento da comunidade quilombola Adelaide Maria da Trindade Batista emitido pela Fundação Cultural Palmares, procura-se compreender os processos de participação da comunidade quilombola dentro do bairro São Sebastião do Rocio/Palmas/PR.

No contato com os indivíduos da comunidade optamos por dialogar com a liderança feminina - Dona Maria Arlete Ferreira da Silva, tal escolha justifica-se porque as lideranças quilombolas foram escolhidas<sup>7</sup> pelos demais como seus representantes,

---

<sup>7</sup> O termo escolhidas refere-se ao exercício de liderança, conforme a mulher vai crescendo ela vai sendo observada para a ocupação de cargos na comunidade. A escolhida, além de atuar politicamente, serve como uma conselheira, e também a questionar a participação dos remanescentes em busca dos seus direitos.

afora isso a presunção de que são as maiores conhecedoras das questões levantadas para a presente pesquisa. Como auxílio à realização do presente trabalho utiliza-se de entrevistas já realizadas por Hellen Cris Leite de Lima<sup>8</sup>, Sônia Maria dos Santos Marques<sup>9</sup> e José Carlos Vandresen<sup>10</sup>, para abordarmos acerca da comunidade quilombola, a presença de liderança feminina e o saberes dos quilombolas,

A presente monografia está dividida em dois capítulos. Sendo que o primeiro destinado à apresentação do contexto da Comunidade Remanescente de Quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista, localizada na cidade de Palmas/PR, associado a elementos que dizem respeito aos quilombos no Brasil. Ainda busca-se a identificação das mulheres que fazem parte das lideranças da Comunidade e o sentido da mulher líder quilombola.

O segundo capítulo refere-se a apresentação da invisibilidade identificada nas atas da comunidade em estudo, procura-se também a compreensão das questões relacionadas aos papéis desempenhados pelas mulheres negras na comunidade quilombola, conhecendo assim, seu cotidiano e os saberes adquiridos e difundidos pelas mesmas na comunidade quilombola e quiçá em seus arredores, como partos, benzimentos, casamentos entre outros costumes, na tentativa de identificar alguns pontos de referência aglutinadores de uma memória coletiva feminina da comunidade.

Cabe salientar que a memória é um espaço carregado de silêncios, isto posto, averigua-se diante da memória possíveis portas de acesso ao passado das mulheres que habitam o quilombo, onde suas experiências individuais ou coletivas nos permitem saber sobre o cotidiano que vivem, bem como o papel desempenhado pelas mesmas em seu ambiente.

---

<sup>8</sup> LIMA, Hellen Cris Leite de. **A construção da memória coletiva na comunidade Remanescente de Quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista (Palmas-PR)**. Monografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

<sup>9</sup> MARQUES, Sônia Maria dos. **Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio**. Tese de Doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2008.

<sup>10</sup> VANDRESEN, José Carlos. **Territorialidade quilombola: A ferramenta da nova cartografia social na afirmação da identidade coletiva e na identificação do território tradicionalmente ocupado**. Disponível em: [http://anais.unicentro.br/sec/iiisec/pdf/trabalho\\_210.pdf](http://anais.unicentro.br/sec/iiisec/pdf/trabalho_210.pdf).

## 2. COMUNIDADE QUILOMBOLA ADELAIDE MARIA DA TRINDADE BATISTA

### 2.1 OS QUILOMBOS URBANOS DE PALMAS

É através da caminhada em terra de chão batido e das convivências vividas, que chegamos às comunidades negras rurais do Brasil<sup>11</sup>. Não há tempo que passe, e que apague as lembranças dos descendentes de africanos escravizados que habitam esse solo brasileiro conquistado por ascendentes anteriores à abolição. É a posse da terra que varia entre ter sido quilombo de resistência à escravatura ou ter sido adquirida por escravos alforriados ou doados por ex- senhores ou pela igreja.

As disputas pelos direitos dos quilombolas e suas afirmações da identidade para o Auto Reconhecimento provoca mudanças de conceitos do que são os espaços quilombolas na contemporaneidade. Diante disso, Hebe Matos e Ana Lugão Rios desenvolvem pesquisas relacionadas às historiografias dessas questões. São apresentadas reflexões relevantes sobre a construção do pós – abolição. As autoras apresentam que durante muito tempo “considerou-se mais ou menos a mesma coisa estudar as relações raciais no pós-abolição ou o destino das populações libertas, considerando ambas as situações uma herança do período escravista” (MATTOS; RIOS, 2005, p. 17). Com isso, o que se investiga sobre a vida social dos libertos, estará sempre com elo ao aprofundamento dos estudos sobre a escravidão.

Para iniciarmos, é necessária a compreensão do conceito de quilombo, ou terras de preto. O conceito de quilombo, após diversos estudos, só foi possível de ser construída com o processo recente de identificação dos territórios e conhecimento das formas de sociabilidade, cultura, e produção da vida dessas comunidades. (LIMA, 2013 p.12).

Com as recentes discussões sobre os quilombolas, o conceito vai mudando o que propicia novas questões para o entendimento desse presente que é composto por esses povos, para além de uma herança de um passado de escravidão. Conforme MARQUES:

Se de um lado, temos como característica as diferentes formas de convívio e organização, de outro, existem traços que podem ser considerados comuns e que se mantiveram e demarcaram: imposição da precariedade social, dificuldades de acesso às políticas públicas, situações de discriminação, educação em descompasso com a identidade social e expropriação da terra. [...] Neste contexto, a compreensão das construções identitárias se faz por

---

<sup>11</sup> MOURA, Glória. **Festa dos Quilombos**. Ed EDU – UNB. 2012.

meio do reconhecimento das práticas culturais que garantam as formas de reprodução da vida cotidiana. (MARQUES, 2008, p. 42).

É preciso que se tenha em mente que há uma determinada restrição ao acesso as políticas públicas, e que cada vez aumenta a necessidade do reconhecimento, diante disso é de suma importância manter as características comuns dos participantes dessas comunidades, pois com o processo de desfavelização há a entrada de outras pessoas na comunidade, o que faz com que muitos hábitos sejam deixados para trás.

A despeito de algumas dificuldades, a luta pelo direito ao território evidencia cada vez mais a necessidade de assegurar os lugares quilombolas e seus processos de significação, ou seja, referências para a reprodução tanto social, como cultural dessas coletividades. É partindo da garantia do território que podemos potencializar as características comuns da comunidade quilombola.

Diante o direito ao território é necessária a organização de propostas de pactos sociais baseando em aspectos econômicos, políticos e culturais dos quilombolas, é partindo disso que episódios como o descrito abaixo são evitados.

Uns abandonaram a terra e foram embora, não tinha como sobreviver aqui, outros depois que o prefeito tomou dos negros e começou a vender as terras para outras famílias que não tinham nada a ver com a gente e nem onde morar, diz que por um preço simbólico (para não dizer que doou) aí que os negros começaram a vender de uma vez, e também por falta de estrutura, a solução era ir embora em busca de melhores condições de vida pra família. Dona Maria Arlete Ferreira da Silva. (NETO, 2009).

É diante da motivação que os remanescentes quilombolas procuram consolidar a noção de território quilombola como espaço de memória. O reconhecimento do valor cultural desses espaços possibilita a regularização das terras como maneira de valorizar o grupo quilombola, a fins de que os mesmos não necessitem sair de seus espaços em busca de maneiras de sobrevivência.

Essas ressignificações do conceito de quilombo culminam com a caracterização de quem a ele esta ligada, tal como entidades étnicas, ou seja, os participantes dessa comunidade têm suas próprias maneiras de fazer, viver e criar, diferentes da sociedade circundante.

A análise do termo quilombo passa por diversas ressignificação. E com o avanço nos estudos antropológicos, historiográficos, arqueológicos e sociológicos relacionados a eles cada vez se amplia o conceito, mas apesar dessas articulações de termos, o que leva-se em consideração é como as comunidades estão situadas, a questão da cultura, da localização, entre outros aspectos. Diante disso, O'DWYER, apresenta que o termo:

[...] Não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos da ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também, não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea [...]. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de membros, mas pelas experiências vividas e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e de continuidade, enquanto grupo. (O'DWYER, 1995, p.52-53).

A redefinição do termo quilombo tem profunda relação com o processo de identificação dos territórios das comunidades quilombolas. Identifica-se que o reconhecimento cada vez mais impulsiona os sujeitos das comunidades com fins de que se reinventem em relação aos outros sujeitos.

Parte-se disso o tratamento dos remanescentes de quilombos, a fins de configurar que ao rever o conceito primário de quilombo o mesmo reduzia-se apenas aos negros fugidos dos cativos, e partindo agora que os quilombolas são remanescentes desses espaços da sociedade. A legitimação da identidade étnica quilombola parte-se da existência de um território, conquistado no passado e perpetuado ao longo dos anos pelas sucessivas gerações de famílias, ligadas a manutenção dos hábitos, praticados nesses espaços quilombolas.

Vemos que o conceito de comunidade remanescente se ampliou no sentido de englobar as diferentes experiências históricas presentes na sociedade brasileira. No entanto, ainda hoje, quando nos referimos a quilombo as pessoas associam a esse grupo negro uma imagem de África recriada no Brasil, com exercício de atividades econômicas de sobrevivência e produção semelhante. (MARQUES, 2008, p. 43).

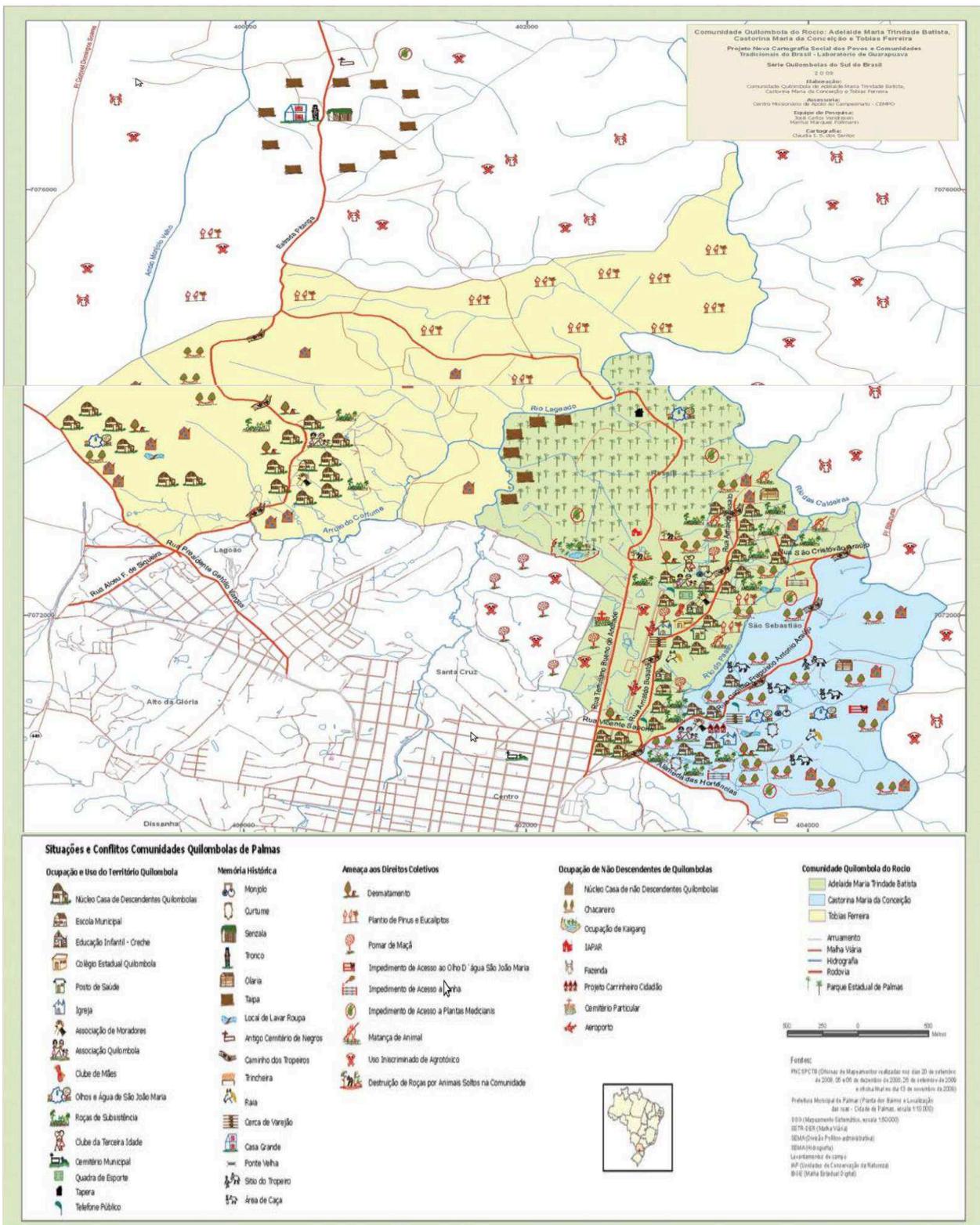
A ampliação das discussões sobre as comunidades quilombolas estão cada vez mais em alta, principalmente diante do século XX, o conceito de quilombo mudou e com isso propiciou que se lançassem novas questões para a compreensão, nas relações sociais de um presente o qual articula e constitui esses quilombolas, para além de uma herança de um passado de escravidão.

Na cidade de Palmas atualmente são reconhecidos três remanescentes de quilombos: Adelaide Maria Trindade Batista, Castorina Maria da Conceição e Tobias Ferreira, ambas as comunidades quilombolas fazem divisas e possui alguma relação de parentesco.

Antigamente tudo ligava um só, tudo, tudo era um só, então se saía daqui, ia lá pro Tobias, ia lá pro São Sebastião, por tudo a parte, e ninguém dizia: não aí não pode passa né. Então podia saí, 'vortiá' suas criação, saí caçar, qualquer coisa, podia saí por tudo as parte. As pessoas que são os mais antigo, tudo a vida viviam só num lugar, mudança era muito pouco, que daí tinha esses terreno que nós, sempre falamos aí, que saía a maioria, era tudo... tudo pertencia a família inteira, tudo da família... Rocio geralmente vinha a ser uma comunidade de preto, por isso tudo mundo conhece Rocio, não é, então fico esse Rocio, Rocio, porque era comunidade. Porque isso aí é o que

eu estou dizendo, de pouco, desde o que eu entendi, tudo dizia: Não... Vamos no Rocio, vamos no Rocio e Rocio ficou. Então até hoje é o Rocio. Hoje, muita gente que chega, onde que fica tal comunidade? Então não sei, e o Rocio, há o Rocio é ali em tal lugar. Muito conhecida, conhecida desde o tempo de criança é Rocio, então muitos dizem: Lá é só dos preto?... Por sinal, dividindo tudo aí, porque de tudo num só, porque antes na prefeitura havia um levantamento do território do bairro inteiro, de tudo as comunidade, desde pegando o quartel, até lá na... Das antiga me lembro de tudo... é as três um só, a parte que eu to lhe falando das comunidade, eu acho que a maior reunião, era lá na fazenda do Pitanga, que era lá na fazenda Pitanga, onde lá tem tudo que era a reunião da pretaiada era lá, era lá... E que daí que nós conhecemos tudo a vida, que tivemos mais conhecimento, era do rio pra cá tudo, do rio Caldeira... É tudo faz, faz tudo o espaço inteiro, é esse aí. ... É, fazia as reunião como tem ainda em muitos lugar, tinha tudo as localização deles que viveram a vida inteira, e daí o resto aqui... Trabalhando com taipas de pedra, como tem a fazenda lá do Pitanga, que é só pedra, lá tem tudo ainda, a mostra. É isso mesmo. Onde tinha a escravidão de tronco, o galpão da pretaiada. Tudo lá, era a chefia... Era da escravidão. Cada um procura um espaço pra poder saí da escravidão, porque daí já tinha terminado. Daí cada um foi pegando sua parte e foi ficando. Waldomiro Fortunato Nunes, 74 anos. (VANDRESEN, 2010, p. 07).

Mapa 01: Comunidades pertencentes ao São Sebastião do Rocio



12

<sup>12</sup> file:///C:/Users/Cliente/Downloads/03-Comunidade-Quilombola-Rocio%20(7).pdf. Acessado em: Julho de 2015.

Há uma forte relação comunitária entre o território tradicionalmente ocupado, pois os mesmos se tornam familiar. Historicamente é norteado por relações mútuas entre os integrantes identificados para a titulação do território no qual estão instalados.

As três comunidades que fazem parte do denominado bairro São Sebastião do Rocio procuram se organizar em núcleos familiares. Diante de análise das Atas da comunidade, percebemos que de início ficou responsável cada comunidade desenhar seu território.

[...] Dando continuidade ao encontro foram desenhados os mapas das respectivas Comunidades, cada comunidade desenhou o seu mapa, colocando os pontos principais de seu território, em seguida cada comunidade expos o desenho, dando as respectivas explicações. [...] (Comunidade Remanescente Adelaide Maria da Trindade Batista. Caderno de Atas. Ata da reunião realizada no dia 20 de Setembro de 2008. Ata nº 13/2008. Livro 01, p 12).

Após a realização do desenho abrangendo o território de cada comunidade, no dia Onze de Maio de 2008, houve a realização de outra reunião com a presença de Antropólogos da UNIOEST (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), para apresentação do mapa abrangendo as três comunidades, de início analisaram o tamanho do território e explanaram que não é apenas através do que eles expuseram no desenho e sim é necessário levar em conta o mapa do município de Palmas.

[...] Fez uma retrospectiva dos encontros anteriores de sua equipe com a comunidade, explicou também que a comunidade tem total liberdade para discordar com o mapa se não estiver de acordo e deixou bem claro que o mapa tem que ter uma fundamentação teórica, uma sustentabilidade para que não haja discordância e para que não venha ser anulado. [...] O mapa foi mostrado à Comunidade, seguido de debate e explicações, houve contestação por parte da comunidade pois grande parte do território ficou fora do mapa incluindo o parque Ambiental. Os antropólogos explicaram que para as suas áreas ficaram de fora, faltavam provas e argumentos que comprova-se que as terras são do Quilombo. A Comunidade esclareceu que o mapa que está certo é a cartografia, que foi elaborada pelos Quilombolas, mas os antropólogos explicaram que analisaram a cartografia e que a mesma não tem concordância. A comunidade apresentará um documento para o INCRA. Com argumentos discordando do mapa apresentado pelos antropólogos. Sem mais declarações e assuntos [...]. (Comunidade Remanescente Adelaide Maria da Trindade Batista. Caderno de Atas. Ata da reunião realizada no dia 12 de Dezembro de 2009. Ata nº 21/2009. Livro 01, p 19).

Percebe-se ao analisar essa Ata, que os quilombolas elaboraram a cartografia, porém a mesma não é totalmente válida, uma vez que não tem concordância de dados, é preciso que se comprove que tais terras são quilombolas, para assim tornar-se terra quilombola. Apresenta-se que grande parte do território, tal como a parte do Parque Ambiental, ficou fora de abrangência da comunidade, e os mesmos estão em busca de

novas comprovações que muito do que se deixou fora pertence a eles (remanescentes de quilombos).

Estes núcleos foram divididos não levando em consideração sua ancestralidade. Está divisão ocorreu em função da busca pela efetivação do reconhecimento das terras quilombolas, assim há uma nova configuração social, ou seja, ocorreu a fragmentação geográfica do território. Houve a separação de grupos familiares no que tange ao pertencimento político das comunidades supracitadas. Cabe destacar, que mesmo com a separação geopolítica das comunidades, ainda que isso seja válido na busca por seus direitos à propriedade da terra, não foi previsto o prejuízo causado pela afirmação, tanto social, histórica ou cultural destes grupos que mantém laços de parentesco e trocas de vivências até os dias atuais <sup>13</sup>.

As comunidades negras tradicionais no Paraná passaram por muito tempo, em completa invisibilidade. Fatores que contribuíram para que isso ocorresse são vários, tais como a contribuição do imigrante europeu em detrimento das populações negras, as relações étnicas raciais desiguais e preconceituosas presentes em nossa sociedade. A produção literária da escrita positivista auxiliou na invisibilidade <sup>14</sup>.

Os desafios para a conquista dos direitos e das políticas públicas ainda são imersos, principalmente em virtude ao projeto político hegemônico, que por fim acaba atendendo os interesses das Capitais, o que não se encaixam nessas três comunidades, que no caso são latifúndios e agronegócio, negligenciando o atendimento das principais demandas dos remanescentes quilombolas.

Percebe-se que a demanda central dos quilombolas que fazem parte do território de Palmas – PR refere-se ao acesso e as permanências nos territórios tradicionais quilombolas, porém percebe-se que as titulações de terra são fragilizadas para os mesmos.

Com relação à comunidade que é objeto deste estudo, há hoje em seu território um programa do poder público municipal, contrário ao conceito de território quilombola, visto que é que muitas pessoas foram colocadas no bairro de São Sebastião do Rocio, local onde fica a comunidade em questão, em razão de programas municipais de desfavelização.

---

<sup>13</sup> Cf. Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Comunidade Quilombola do Rocio: Adelaide Maria Trindade Batista, Castorina Maria da Conceição e Tobias Ferreira.

<sup>14</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995.

Diante desses episódios corriqueiros, perder o território da cultura quilombola, incorporando outros cidadãos à comunidade, significa desaparecer, assim como as suas identidades, pois, a existência colabora com a construção do imaginário social através das práticas e vivências sociais. Com a existência de pessoas que não estão vinculadas à comunidade, dificulta a relação de quilombolas com o seu território, e isso contribui muito para a perda de referências territoriais, em razão que cada vez mais são incorporadas práticas e desvalorizadas a de seus antepassados.

O nosso território significa muito é um local onde toda a vida nós preservemos a natureza, as ervas medicinais silvestre, os campos, o povo que não é quilombola que não tem aquele amor nosso que vem tão terminando com tudo, derrubando pinheiro, derrubam árvore [... ] Significa a nossa cultura aonde eu nasci, criei meus filho, pra mim significa que é a nossa riqueza, que daqui nós tirava o sustento, tirava tudo. Dona Maria Arlete Ferreira da Silva.<sup>15</sup>

O pertencimento da comunidade quilombola é fator substancial, deve ser cultivado no cotidiano dos remanescentes quilombolas, para que assim sobreviva essa categoria. Sabe-se que há a existência de conflitos e contradições e isso decorre da vida em sociedade e através desses episódios devem fortalecer ainda mais essa comunhão.

## 2.2 A PRESENÇA FEMININA NA COMUNIDADE DE ADELAIDE MARIA DA TRINDADE BATISTA

Conhecer a história da comunidade quilombola, com base nas experiências das mulheres e em suas ações para a efetivação de políticas públicas e perpetuação de sua história é de suma importância.

As mulheres quilombolas fazem parte das 49 milhões de mulheres negras que compõem um quarto da população do Brasil, devido à discriminação, muitas vezes são invisibilizadas por uma história, a qual é conveniente às elites, por um Estado que pouco se preocupa muito em reparar o que já está garantido há tempo atrás.<sup>16</sup>

Com o intuito de respeito à cultura africana, a qual mantém a memória histórica na oralidade deste povo, utilizamos como metodologia de pesquisa a oralidade de investigação, a qual Ferreira (1994) ressalta que:

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada com Maria Arlete Ferreira da Silva. Em Outubro de 2015. Acervo da autora.

<sup>16</sup> Quilombolas em marcha. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=39527>. Acessado em Novembro de 2015.

A história para o presente é a história da construção de uma identidade respectiva, uma identidade que se deve construir a partir da igualdade, que é uma categoria que torna crível o diálogo. Uma igualdade que não significa similitude, monotonia, uniformidade, porque só as diferenças tornam interessantes os diálogos. (FERREIRA, 1994, p. 56).

A transmissão de experiências das mulheres quilombolas diante da oralidade é a maneira de ensinar e de aprender,<sup>17</sup> avante que expressam o que viram ou o que vivenciaram, transmitem assim, um conhecimento e reelaboram novos saberes contribuindo para que se mantenha viva a história do povo quilombola.

Diante disso, percebe-se que há uma necessidade de se criar uma identidade diante de uma igualdade, ou seja, igualdade de direitos e deveres, não uma monotonia, pois através disso ocorrem diversos e curiosos debates.

É pensando no protagonismo das mulheres dessa comunidade como lideranças sociais, que opta-se apresentar quem são essas mulheres que fazem parte da comunidade Adelaide Maria da Trindade Batista, e quem é essa mulher que carrega o nome da comunidade quilombola.

O que é percebido historicamente no Brasil que na ‘natural concepção’ cabe ao homem à responsabilidade de ordenar, e às mulheres as designadas para as tarefas ligadas a funcionalidade do espaço doméstico, relegando à mulher a reclusão da casa. Na comunidade em questão, esta estrutura de organização social e política são quebradas, porém isso não significa exclusão da participação masculina. Elas estão presentes em funções de lideranças e também de trabalho externo. Elas exercem atividades na comunidade como: funções religiosas (catequistas, ministras), educacionais (professoras, coordenadoras pedagógicas, diretoras), políticas (como membros efetivos da Associação quilombola, aconselhamento nas decisões sobre assuntos diversos da comunidade).

As mulheres são ligadas a participação nas tomadas de decisões, nada é feito na comunidade sem consultar a liderança feminina, e neste caso, a principal conselheira no momento e a senhora Maria Arlete Ferreira da Silva, são as mulheres que influenciam nas tomadas das decisões que envolvem a comunidade quilombola. De acordo com os estudos, o que percebe-se é que com a matriarca dona Maria Adelaide, há a existência

---

<sup>17</sup> SANTOS, Maria José. Mulheres quilombolas: memória é acervo de nossa história. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. 1 Mestre em Educação: História, Política, Sociedade - PUC /SP Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiro – NEAB/UFPE.

clara da liderança feminina, que vem desde o início da comunidade. Sucessivamente são as Marias que compõe esse papel no quilombo.

Ser liderança e estar liderança nestas comunidades não quer dizer que a mesma seja obrigada a tomar decisões por todos. Conforme consta nas atas da comunidade, e que desenvolve-se posteriormente a análise, há a presença feminina nas tomada das decisões em consonância com outros membros da comunidade.

Segundo MONTEIRO:

Essas mulheres ocupam cargos de poder e de decisão nos territórios nos quais atuam. [...] Ser liderança e estar liderança nessas comunidades não significa necessariamente exercer um cargo dentro do quadro administrativo das associações. Ser liderança comunitária significa muito mais que administrar as associações, significa estar disposta a lutar por terra, por saúde, por educação, por melhores condições de vida, direitos que lhes foram negados historicamente (MONTEIRO, 2014, p. 1741-1742).

Entender as múltiplas questões étnico-raciais é essencial, ou seja, elas perpassam as desigualdades sociais. Há que lutar por diversos direitos, tais como a concentração fundiária, mas também contra uma sociedade racista, que se reveste e camufla uma suposta democracia racial.<sup>18</sup>

A história das mulheres quilombolas como lideranças na comunidade em questão iniciou-se tanto acompanhando as associações comunitárias, e muito mais fora delas. Elas são lideranças comunitárias, ou seja, estão dispostas a lutar pela conquista do território, por saúde, por educação, por direitos que lhes foram negados historicamente. As mulheres lideranças carregam constantes lutas no seu cotidiano, além de enfrentarem diversos preconceitos.

Os quilombolas estão em busca efetiva de seus direitos, não basta apenas o Estado reconhecer essa dívida histórica, atualmente, é necessário que garantam meios de permanência nessas comunidades, tirando o sustento da terra.

---

<sup>18</sup> Na década de 1930 é lançado um discurso no meio intelectual que estimula uma apologia da igualdade e da harmonia social, ocultando o racismo, a desigualdade social e a discriminação da sociedade brasileira. Esse discurso foi chamado de mito da democracia racial da qual o principal expoente foi Gilberto Freyre, que expôs suas ideias na obra *Casa Grande e Senzala*. Gilberto Freire defendeu que no Brasil ocorreu uma boa escravidão, e entendeu a mestiçagem brasileira não como fruto de uma relação social assimétrica, ou de determinada conjuntura histórica e social desigual, mas como um modelo de civilização a ser reconhecido e talvez exportado (SCHWARCZ, 1996).

### 2.2.1 A SUCESSÃO DE MARIAS

É comum encontrar nas comunidades quilombolas, narrativas de uma origem que remete às histórias de mulheres fundadoras. As mulheres estão ligadas à transmissão dos conhecimentos tradicionais vinculados ao uso das propriedades medicinais das plantas, à conservação de sementes crioulas, à diversificação da produção, envolvendo atividades agrícolas e não-agrícolas, à manutenção e prática das atividades culturais e religiosas. Embora exerçam esses importantes papéis, é grande a diversidade no acesso e controle das mulheres sobre os recursos, nos seus graus de participação e na tomada de decisões relativas às atividades produtivas. (MACHADO, 2012, p.20).

A história das mulheres quilombolas como liderança em Palmas teve início com a Adelaide Maria Trindade, a mesma era descendente de escravos dos campos de Palmas, junto com ela veio o primeiro santo, o São Sebastião, o qual carrega o nome do bairro (São Sebastião do Rocio).

A nomeação do bairro a partir da frase: “A minha tia Adelaide Maria Ferreira levou o nome por causa da Adelaide Maria Trindade que era a primeira que veio para o São Sebastião, que trouxe o São Sebastião” (Dona Maria Arlete Ferreira da Silva, 2005). A ideia da nomeação “São Sebastião” marca a comunidade quilombola.

A chegada da fundadora, a Adelaide é apresentada em versões controversas: desde fugida, ora de Guarapuava, ora do Rio Grande do Sul. São duas principais versões, a da Dona Trindade, a qual é bisneta de Adelaide Maria da Trindade Batista, e da Dona Arlete, a qual ocupa o papel de representante da Associação Quilombola e uma figura importante dentro da comunidade (liderança), se chocam nesse ponto. A Dona Trindade salienta que “veio mais gente com a vó Adelaide, veio ela e o marido dela”. A Arlete afirma que a mesma “veio sozinha, com os filhos dela, nunca ela teve marido, criou os filhos dela”. No entanto, é ela quem exerce a simbologia principal de pertencimento da comunidade quilombola.

Há uma linhagem de mulheres líderes da comunidade. Como Arlete apresenta há a imagem de uma mulher que chega sozinha e constrói tal legado, como foi identificado no caso de Adelaide, pode se construir como um elemento legitimador das sucessivas mulheres que aqui aparecem como herdeiras desse mesmo legado e dessa memória. Ressaltando então:

E nas festas de São Sebastião ela que fazia as procissões, daí ela, **Adelaide Maria Trindade** que coordenava a igreja, a devoção, ela que rezava, depois passou pra minha vó, **Maria Joana**, quando ela morreu daí ficou pra Maria Joana, depois da Maria Joana ficou pra minha tia **Adelaide**, que levou o nome dela [...]. Então, depois quando morreu a tia Adelaide **minha mãe**, **Maria Emerlina** ficou liderando a igreja, daí foi minha mãe, foi minha **tia**

**Laida**, então depois ficou eu, **Maria Arlete Ferreira**. Então foi passando sempre mulheres líderes da comunidade. (Maria Arlete Ferreira da Silva, 2015. **Grifos meus**).

Como sucessão a Adelaide, encontramos Maria Joana, a mesma era conhecida na comunidade como capelão, ou seja, era ela quem realiza as rezas católicas na igreja e nos círculos domésticos. Encontra-se aqui que a religião movimentava a comunidade, e que todas as “Marias” participam desse momento, sejam elas como coordenadoras ou como catequistas, incentivando assim as pessoas mais jovens e adultas a participar ativamente desses momentos de comunhão.

Após a Dona Maria Joana, tivemos a Dona Maria Emerlina, cuja origem é descrita como primeiramente trabalhadora nas fazendas, auxiliando na construção das taipas (MARQUES, 2008,p.120), após sair das fazendas, a mesma lavava roupa para a cidade inteira, e trabalhava nas casas por dias, geralmente nas casas dos fazendeiros. Quando se tornou lavadeira passou a residir na comunidade de São Sebastião do Rocio.

Na sequência a liderança atual, Dona Maria Arlete Ferreira da Silva, que possui magistério, faculdade, e pós-graduação em Filosofia, lecionou por um tempo no Mobral, e em escolas municipais, sempre recebeu auxílio do governo para a realização dos estudos, atualmente é aposentada, e participa da Associação da Comunidade, a mesma contribui na luta pelo território e exerce outras funções dentro da comunidade, tal como liderança social.

Essas mulheres ocupa(vam) diferentes espaços dentro da comunidade. Com a luta diária das mulheres destacam-se a educação, religião, as manifestações culturais, a gestão pública e política, consolidando suas lutas diárias.

Na comunidade de Adelaide Maria da Trindade Batista, a oralidade é ponto principal, diante desse método que os ensinamentos são passados. As crianças aprendem com os mais velhos as relações e as regras, diante disso, os mais velhos passam para os mais novos seus ensinamentos, podendo assim ser perpetuadores da história do quilombo.

O trabalho desempenhado pelas mulheres quilombolas em diferentes setores contribui para manter acesa a chama da coragem e do “enfrentamento” quilombola. Com astúcia de narradoras, elas apresentam seus costumes, religiosidade e o seu modo de vida. É através de sua fala que se toma conhecimento da sua visão de mundo, dos seus desejos, suas decepções e suas esperanças.

As mulheres remanescentes do quilombo de Adelaide Maria da trindade Batista, em seus diferentes papéis atribuem significado à existência e a identidade. Na dinamicidade simplificada, despertam um viver buscando caminhos para atender à população suas necessidades básicas. Os remanescentes quilombolas orientam, trabalham, dançam, rezam, curam. Conhecem bem as ervas medicinais, as histórias dos seus antepassados e os segredos dos invisíveis.

Diversos foram os ofícios desempenhados pelas mulheres do quilombo em questão, tais como: lavadeiras, empregadas domésticas, dona de casa, curandeiras, professoras<sup>19</sup>.

Na comunidade quilombola de Adelaide Maria da Trindade Batista, há a existência de uma escola, construída em 2009, inicialmente abrangia turma de 5 a 8º série, atendendo cerca de 157 alunos oriundos da comunidade e bairros próximos, no contra turno a escola oferta Sala de apoio e Projetos com destaque para o grupo de Capoeira, no período noturno a escola oferta ensino médio<sup>20</sup>.

A escola nominada Maria Joana Ferreira, possui o nome de uma quilombola, como observa-se no capítulo *A sucessão de Marias*, por ser uma escola com origem reivindicatória quilombola incorpora na sua dinâmica a perspectiva emancipatória vivida em quilombos como conteúdo não apenas legal, mas com estratégias que certifiquem a sobrevivência econômica e cultural para mais de cem famílias quilombolas.

A comunidade busca através do incentivo ao estudo compor o quadro docente da escola de remanescentes de quilombos, pois acreditam que é capaz de adequar seu trabalho pedagógico com o propósito de valorizar a cultura negra local.

As professoras que compõem o quadro docente são preferencialmente remanescentes de quilombos, ou possuem alguma relação de parentesco, tal como noras

---

<sup>19</sup> As atividades profissionais desempenhadas pelos moradores são variadas: entre as mulheres estão os cargos de professoras, auxiliares de enfermagem, funcionárias públicas, comerciárias, diaristas, empregadas domésticas, vendedoras (vendas de doces, cosméticos, utensílios artesanais) Entre os homens, motoristas, pedreiros, funcionários públicos, trabalhadores em fazendas de gado da região. Uma parcela das pessoas é atendida por programas destinados às populações de baixa renda: distribuição de leite, assistência básica, bolsa família. Dados disponíveis em: MARQUES, Sônia Maria dos. **Pedagogia do estar junto**: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

<sup>20</sup> Escola Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira – Ensino Fundamental. Dados disponíveis em: <http://www.plmmariajoana.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>. Acessado em: Maio de 2016

de remanescentes, adiante, as vagas não preenchidas por essas, são destinadas as pessoas “de fora” da comunidade.

[...] No colégio quilombola para fazer à distribuição das aulas a preferência é quilombola, cada quilombola que vai se formando, que se forma, tem o direito de dar aula no colégio quilombola, isso nós aprendemos e tem na lei brasileira [...] só não tem professor de Inglês [...]. Dona Maria Arlete Ferreira da Silva.<sup>21</sup>

Ressalta-se aqui que o papel desempenhado na escola é composto por mulheres, são elas as encarregadas pelos ensinamentos das crianças, jovens e adultos, diante disso atualmente a presença feminina está muito atrelada à educação, a escola localizada na comunidade quilombola.

Marca-se o papel de lavadeiras diante das figuras femininas, muitas mulheres da comunidade passavam os dias lavando roupa e passando, para assim tirar o sustento da família, geralmente lavavam para os senhores, donos de fazendas de Palmas.

E as negras lavavam a roupa, passavam, engomavam, a gente engomava muita roupa sabe, ferro à brasa. Eu era uma que engomava para cidade inteira, antes de eu ser professora, ajudava, engomava as roupas dos fazendeiros aí. Tem pessoas que lembram-se até hoje, as cortinas, tem uma mulher aí que diz até hoje, minhas cortinas até hoje eu gosto de engomar. Dona Maria Arlete Ferreira da Silva. (LIMA, 2013, p.92).

Em relação às lavadeiras, as mulheres trabalharam durante um longo período, contam que existia uma tábua para esfregar as roupas, às vezes um tacho para ferver e alvejar. Dona Maria Alvina, 81 anos comenta que “levava as trouxas na cabeça, bem lavadinha, bem passadinha com o ferro a brasa. Eu sofro de reumatismo de tanto lavar roupa para fora”. (MARQUES, 2008. p. 125)

Percebe-se que os reflexos dessa atividade é bem presente nas mulheres da comunidade. As lavadeiras constituíam relações de solidariedade/intimidades. Além de ajudarem mutuamente umas as outras ao ato de lavar, as mesmas desempenhavam diversas atividades juntas, tais como ir à missa, partilhar suas vidas, cuidar dos filhos, afilhados e vizinhos. A reciprocidade marca as relações dessas mulheres quilombolas.

A imagem 02 (em anexo) apresenta que as crianças também frequentavam o entorno do rio, pois as mulheres não tinham com quem deixá-las, diante da entrevista com a Dona Arlete, salienta que as crianças mais velhas cuidavam das menores, tornando um espaço de aprendizagem e responsabilidade.

---

<sup>21</sup> 21 Entrevista realizada com Maria Arlete Ferreira da Silva. Em Outubro de 2015. Acervo da autora.

Como a partir do ano de 1985/1988, a comunidade passou a ser abastecida com energia elétrica e água encanada, essa atividade deixou de ser desempenhada, renunciando algumas práticas sociais com o passar do tempo.

A atual liderança Maria Arlete Ferreira da Silva, não tem sua vida ligada diretamente a atividade de lavadeira. Pois, a mesma escolarizou-se e trouxe uma outra perspectiva de vida para as mulheres quilombolas, o exercício do magistério.

### 2.3 O DIREITO À TERRA QUILOMBOLA

É necessário realizar um debate da identidade social, definir as comunidades descendentes de quilombo ou as chamadas “terras de preto”. Diante disso, ressalta-se que a construção da identidade não é um processo homogêneo e imutável, ela apresenta diversos conflitos, disputas frente às conjunturas impostas. Perante isso:

Se de um lado, temos como característica as diferentes formas de convívio e organização, de outro, existem traços que podem ser considerados comuns e que se mantiveram e demarcaram: imposição da precariedade social, dificuldades de acesso às políticas públicas, situações de discriminação, educação em descompasso com a identidade social e expropriação da terra. [...] Nesse contexto, a compreensão das construções identitárias se faz por meio do reconhecimento das práticas culturais que garantam as formas de reprodução da vida cotidiana. (MARQUES, 2008. p.42).

É diante disso que compreende-se que a memória evoca lembranças de pertencimento, ancestralidade, é um elemento constituidor da identidade social. No caso dos remanescentes quilombolas, é de suma importância a identificação, pois com isso é assegurado à própria existência no âmbito dos direitos sociais e territoriais.

Em 1985, conforme Dona Arlete relata é um momento de mudanças na comunidade é um período que traz avanços de necessidades básicas, tais como: distribuição de luz, água, educação, porém há um entrave o qual é marcado pelas pessoas que adentram na comunidade com moradias <sup>22</sup>.

As comunidades remanescentes de quilombo constituem recentemente grupos que expressam uma força social expressiva na estrutura brasileira. Os remanescentes de quilombo emergem também em espaços urbanos, como é o nosso caso de estudo. Conforme Almeida (2008), esse fenômeno está cada vez mais frequente em questões

---

<sup>22</sup> <sup>22</sup> Entrevista realizada com Maria Arlete Ferreira da Silva. Em Outubro de 2015. Acervo da autora.

quilombolas. Além do direito a localização, a principal reivindicação das comunidades remanescentes de quilombo é pela regularização dos territórios tradicionalmente ocupados pelos quilombolas.

O reconhecimento dessas terras para as comunidades remanescentes de quilombos é uma exigência do constitucionalismo fraternal<sup>23</sup>, e estão também no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e percebe-se, através de entrevistas que os mesmos têm esse conhecimento da Constituição, porém o processo é lento, e gradativo.

Apesar das comunidades serem reconhecidas na Constituição Federal, como também em Legislações municipais ou estaduais, há muitos entraves na efetiva regularização dessas terras quilombolas “uma vez que garantir o direito à terra a essas comunidades quebra tanto com uma invisibilidade social histórica” (MONTEIRO, 2013, p.37).

Podemos observar que algumas das marcas da Constituição Federal de 1988 é seu nítido caráter fraternal<sup>24</sup>. O que nos apresenta essa parte da Constituição é que pensa-se em fraternidade, na forma de ajuda desinteressada ao próximo, reconhecendo-se alguma dificuldade desta em se manter, pelo menos momentaneamente, através de suas próprias forças. O direito até está escrito, porém na prática, observa-se que não é isso que ocorre, e que a invisibilidade dos quilombos é presente no local onde estão inseridos.

Em relação ao reconhecimento do direito à propriedade dos remanescentes das comunidades quilombolas, o acerto da constituição de 1988 em consagrar a norma do

---

<sup>23</sup> YABETA, Daniela. Projeto: quilombos do sul fluminense: história, memória e direito na luta pela titulação de seus territórios. In: **Anais do 7º Encontro de Escravidão e Liberdade no Sul do Brasil**. Curitiba/PR, maio de 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>. O reconhecimento do direito à terra dos quilombolas a partir do multiculturalismo dos direitos humanos.

<sup>24</sup> A Constituição usa de modo indistinto, possui as expressões solidariedade e fraternidade. O termo qualifica, portanto, a sociedade. Em seguida, no famoso art. 3º, quando a Constituição fixa os objetivos da República Federativa do Brasil, tem-se, em seu inciso I, a meta de se construir uma sociedade, livre, justa e solidária. Percebe-se, agora, que não é mais a expressão “fraterna” que qualifica a sociedade, mas sim a palavra “solidária”. Quisesse a Constituição dotar de significados diversos ambas as expressões, teriam, tanto no preâmbulo, como no art. 3º, colocado as duas expressões conjuntamente, nestes termos: “construir uma sociedade, livre, justa, solidária e fraterna”. Pensar de modo diverso levaria ao absurdo de se sustentar que a Constituição quer uma sociedade solidária, mas não fraterna, em total contradição com o preâmbulo, o qual, apesar de não ser norma jurídica, deve ser levado em conta como vetor interpretativo do texto constitucional. Para um estudo sobre a evolução histórica dos conceitos ver: FERREIRA, Emanuel de Melo. A evolução da solidariedade: das sociedades clássicas à principiologia constitucional. In: **Anais do XIX Congresso Nacional do CONPEDI**, Florianópolis/SC: Fundação Boiteux, 2010, p. 5985-5993. Ver mais em: <http://constituicaoedemocracia.com/category/constitucionalismo-e-democracia/>. Acessado em: Outubro de 2015.

art. 68 do ADCT. Percebe-se que ao analisar o passado há a existência de uma forte exclusão dessas comunidades e também seus passados de resistência, devido as suas próprias culturas, diferente da maioria circundante.

Devido ao impacto dessas políticas públicas de identificação e da titulação desses territórios quilombolas, foi necessário que se reorganizasse a memória coletiva da comunidade em questão, o fato de compartilharem lembranças e experiências no passado fortalece o pertencimento, auto reconhecimento e a vontade de ter sua titularidade oficial de remanescentes de quilombo, não apenas no papel, mas na prática, para assim garantir a sobrevivência dos grupos e dos modos de convívio.

### **3. A INVISIBILIDADE E A AUTO IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA.**

Através das atas da Associação procuramos debater sobre auto identificação quilombola na comunidade pesquisada. Consideramos que as atas são encaradas como potenciais documentos de valor jurídico e têm a necessidade de unificarem enquanto um fiel registro do que ocorreu na reunião (deliberações, decisões, discussões). Por outro lado, as atas também podem servir como uma rica fonte documental. Percebe-se que as atas apresentam diferentes formas de influências, acontecimentos existentes em um processo, o que é preciso que haja um olhar atento do pesquisador <sup>25</sup>.

#### **3.1 O QUILOMBO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA.**

Diante de análises realizadas nas atas da formação da comunidade quilombola de Palmas percebe-se o quão invisíveis são os moradores da comunidade de remanescentes de quilombo de Adelaide Maria da Trindade Batista. Com o processo de titularização das terras, é preciso que haja reconhecimento por parte dos governantes e da sociedade Palmense, diante disso, a comunidade amplia ou dá um passo positivo em relação aos direitos por eles lutado.

Falar em quilombos no Paraná é se deparar com o mito histórico de que no Sul do Brasil pouco houve escravidão negra. São recentes os estudos voltados para o levantamento das comunidades remanescentes de quilombos, com esse mito de europeização é forjado a invisibilidade étnica dos outros povos não europeus. Aqui não iremos adentrar no debate historiográfico sobre este tema para não estendermos nossa análise, voltamos ao objeto de estudo.

Há uma grande necessidade de tornarem-se visíveis perante a sociedade em geral, especialmente a de Palmas, deixando de lado os preconceitos que são carregados pela sociedade, e realizando cada vez mais estudos que permitam entender e interagir socialmente com essa parte constituinte dessa sociedade/história.

[...] Nós merecemos, nosso bairro é um bairro que já sofreu e ainda vem sofrendo muitos preconceitos justamente por se um bairro descendentes de negros, mas queremos quebrar essa barreira e mostrar o lado bonito da História do nosso bairro [...] Somos humildes mais honestos e queremos

---

<sup>25</sup> As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso file:///C:/Users/Cliente/Downloads/5698-17717-1-SM.pdf. Acessado em: Fevereiro de 2016.

apenas lutar por nossos direitos, principalmente o “direito de igualdade” e conquistar o nosso espaço dentro da sociedade. (Comunidade Remanescente Adelaide Maria da Trindade Batista. Caderno de Atas. Ata da reunião realizada no dia 27 de Agosto de 2007. Ata nº 05/2007. Livro 01, p 04).

A territorialidade quilombola está ligada pelas relações de poder e pelo preconceito, que foi/está construído no processo de identificação, o que ocorre é um processo de venda e grilagem de terras quilombolas. Diante de diversas situações a ocupação das áreas quilombolas é reduzida na medida em que os quilombolas precisam deixar suas terras, seu modo de vida histórico e partir para centros em busca de trabalho para sobreviver.

Ressalta-se que por mais que há avanços políticos, o processo de organização dos remanescentes quilombolas desta comunidade localiza-se em um nível menos articulado se comparando a outros grupos étnicos, tais como indígenas ou os ligados à luta pela terra como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na região. Percebe-se que há fragilidades do movimento quilombola e que sua principal pauta de luta é ligada à titulação dos territórios das comunidades, e o avanço é defasado em comparação às demandas<sup>26</sup>.

Ao recorrer em espaços possíveis de pesquisas, como o Museu de Palmas, Biblioteca Pública de Palmas, arquivos dos jornais em circulação da cidade de, observa-se o descaso e desinteresse pelo tema do negro, devido aos poucos, diga-se, praticamente nada de materiais produzidos e preservados. Percebe-se diante da solicitação de informação sobre a comunidade quilombola o reflexo do quanto esses grupos são invisibilizados perante a sociedade e ao poder público, pois poucos sabiam da existência da comunidade.

O debate realizado na comunidade e registrado nas atas é outro fator que reflete o distanciamento imposto à comunidade da sociedade de Palmas. Outro exemplo disso são os jornais locais, os mesmos não fazem referência à comunidade e quando o fazem são pequenos textos. Foram analisados os jornais disponíveis<sup>27</sup> e o que percebe-se, é que a Comunidade Quilombola em questão não se torna presente nos meios de comunicação da sociedade.

---

<sup>26</sup> Segundo dados da FCP de 31 de agosto de 2009, existem 1.342 comunidades certificadas em todo país. Já os dados do INCRA de 22 de maio de 2009, já receberam títulos definitivos apenas 171 comunidades desde 1995, ano da primeira titulação. Esses dados demonstram que pouco mais de 12% da atual demanda foi cumprida. Vale salientar que se trata de uma demanda crescente no país todo.

<sup>27</sup> Foram analisados os jornais disponíveis na Biblioteca Pública Municipal de Palmas desde o ano de 2002 a 2016.

A primeira manchete encontrada referente aos remanescentes de quilombos de Palmas apresentou a solenidade de entrega das Certidões de Reconhecimento pela Fundação de Palmares no dia da Consciência Negra para as três comunidades presentes em Palmas.

A solenidade aconteceu na noite da quarta-feira (20), em meio às comemorações do Dia da Consciência Negra, as três comunidades remanescentes de quilombos no município receberam as certidões de reconhecimento da Fundação Palmares.

Na ocasião receberam os documentos entregues pela coordenadora do Programa Brasil Quilombola, Clemilda Santiago Neto e pelo assessor da Secretaria Especial de Relações com a Comunidade do Estado Carlos Andrade a José Ataíde Ferreira, localizada na região do bairro Pitanga, Cleni Araldi presidente da comunidade Castorina Maria da Conceição do bairro Fortunato e o presidente da comunidade Maria Adelaide Trindade Batista do São Sebastião do Rocio.

Durante a cerimônia ainda foram feitas apresentações artísticas de Capoeira de dança Afro com s alunos da Escola Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira.

A coordenadora do Programa Brasil Quilombola, Clemilda que já esteve em outra oportunidade no município para explanar algumas das atividades de sua pasta junto ao governo estadual, destacou a importância destes certificados, comparando-os com uma certidão de nascimento e salientando que este documento abre as portas para que as comunidades tenham acesso as políticas públicas voltadas aos quilombolas.

Carlos Andrade disse que este reconhecimento que o Brasil deve aos quilombolas devido a sua história. (SANTOS, Silvio. Comunidades Quilombolas de Palmas recebem certidões de reconhecimento. Jornal Destaque Regional, Palmas, 23 de Novembro de 2013. Ano IV. Ed.193.p. 07).

Teve-se acesso ao Jornal Destaque Regional, e percebe-se que em meio às organizações da Consciência Negra é que as comunidades quilombolas de Palmas/ PR (Adelaide Maria da Trindade Batista, Tobias Ferreira, Castorina Maria da Conceição) obtiveram as Certificações de Reconhecimento da Fundação de Palmares. É claro que esse é um passo importante diante das lutas quilombolas, mas tem-se muito que avançar nessas situações, para que as comunidades possuam os seus devidos reconhecimentos.

### 3.2 ALGUNS COSTUMES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA

É preciso olhar com cuidados os costumes praticados pelos quilombolas, enfatizando que precisamos nos situar no momento em que os mesmos praticam tais atividades e relacionar o contexto que viviam.

Dona Cida obedece a alguns rituais ao amanhecer: acorda-se, coloca os pés no chão ainda sentada na cama, faz o sinal da cruz, agradece a Deus, afirma para si mesma ser dona de uma beleza interior e exterior, sai para a rua e enfrenta o dia de cabeça erguida olhando a todos/as sempre dentro dos olhos.(NUNES, p.12).

#### 3.2.1 FESTAS PARA REZAR, COMER E DANÇAR NO SÃO SEBASTIÃO DO ROCIO.

A figura religiosa está atrelada a comunidade, desde o nome do Bairro (São Sebastião do Rocio), como no cotidiano das famílias quilombolas. A igreja se torna um espaço de reunião, de momento de agradecimento, de encontros pessoais.

A questão religiosa fortalece a identidade quilombola na comunidade em questão. A religião tem sido responsável pelas festas de diversas comunidades quilombolas. Geralmente essas festividades são momentos de demonstração da fé na religião católica.

Na comunidade quilombola de Adelaide Maria da Trindade Batista, o Santo de devoção, trazido pela anfitriã da comunidade, é o São Sebastião, o qual carrega o nome do bairro. Nos altares da igreja, a qual foi construída pelos indivíduos, cujos familiares foram escravizados, o Santo encontra-se no altar, coberto de fitas.

A festa em devoção ao padroeiro é realizada na data de comemoração do Santo, ou seja, 20 de Janeiro. Antigamente a festa durava três dias, iniciando no dia 18. No primeiro dia era destinado para as pessoas da comunidade, no segundo dia, participavam as pessoas da cidade e os fazendeiros, nesse dia era destinado para os brancos comemorarem, ou seja, os de fora da comunidade festejavam, enquanto os remanescentes olhavam, e auxiliavam na organização, no dia do Santo, ou seja, dia 20 tinha procissão, a Missa, e as festividades, jogos e danças entre as pessoas de fora da comunidade e os remanescentes. A comunidade contava e ainda conta com o auxílio de alguns fazendeiros através de doações para o almoço do dia 20. Os fazendeiros também

eram devotos, além da proteção que pediam ao Santo, eles recorriam aos conselhos da fundadora, como conta Dona Arlete.

Atualmente, a festividade em devoção ao Santo São Sebastião, ocorre apenas no dia 20. É marcada pela Missa, no período da manhã, churrasco ao meio dia seguido de danças no período vespertino. Ressalta-se que a festividade perdeu frequentadores devido ao seguinte acontecido:

[...] E com o passar do tempo, com essa invasão que teve aí, que o pessoal foi entrando aí, daí já teve uma coisa trágica na nossa família, que por causa disso mataram um irmão meu já na festa, o povo que vinha de fora aí. Meu irmão estava atendendo lá na festa, tomou uma facada, mataram ele. E dali para cá as festas perderam um pouco, perdeu o conteúdo, aquela, perdeu um pouco a graça. Dona Maria Trindade Batista. (LIMA, 2013, p.40).

As festas de São Sebastião aparecem como momentos de celebração, confraternização, e ritualização, embora muito do que se fazia antigamente não é mais praticado, “antes as comemorações de São Sebastião duravam três dias” (Maria Adelaide), atualmente é realizada apenas em um único dia.

Com a manchete “Festa de São Sebastião celebrou a religiosidade de seus devotos” que o jornal A Folha do Sudeste <sup>28</sup>apresenta a comunidade, por ser uma festa carregada de sentido pela comunidade e um momento de partilhar com o restante da sociedade de Palmas os seus costumes e seu passado, visualiza-se que o dinheiro que foi arrecadado com a confraternização do ano de 2013 foi investido para melhorias no ambiente de confraternização, ou seja, no local onde ocorre a festa de São Sebastião.

Diante do exposto, salienta-se que a questão festiva em relação ao Padroeiro da comunidade perpetua até os dias atuais, reunindo a coletividade dos remanescentes de quilombos, tanto para a preparação da confraternização, como para outras atividades. Nesses espaços nota-se que a ação do coletivo é de suma importância ressaltando assim a necessidade da vida comunitária

Observa-se que em busca de legitimidade para as festas que giram em torno da figura religiosa, faz parte o inserimento, ressignificação e permanência desses remanescentes. Nessa festa em questão pode-se verificar uma série de rituais de valorização das tradições da comunidade com a finalidade de perpetuação. Por mais que ocorra a saída de jovens da comunidade em busca de melhores condições, nas festividades os mesmos retornam como uma forma de manter o vínculo. Visualiza-se a importância de manter o sentido de pertencimento, mesmo dos que não participam

---

<sup>28</sup> Manchete do Jornal encontra-se em anexo.

ativamente na comunidade. A valorização da cultura e afirmação das suas visões de mundo que impulsiona a festa e seus determinados costumes.

Outra questão a ser ressaltada em relação à religiosidade é a vinculação da participação feminina quilombola na igreja. Ressalta-se que a religião é a responsável pelas festas e manifestações.

### 3.2.2 CASAMENTO

As mulheres, atualmente remanescentes de quilombolas e com mais de 50 anos, tinham como costume casarem-se novas. Geralmente tinham um primeiro contato com o futuro marido, e voltavam a se ver somente na hora do casamento. Os casamentos eram arranjados pelos pais. Diferentemente de atualmente, onde jovens namoram, se envolvem e após casam.

É, eu parei de estudar acho que tinha treze anos. Aí parei porque eu casei, naquele tempo faziam a gente casar bem nova. Não sei por quê. Antes não tinham que nem agora. Agora chegam, namoram com treze, quatorze anos, já vão embora com o namorado. Antes não era desse jeito, conhecia o namorado e só ia se encontrar na hora do casamento, não era desse tipo que nem agora, agora está bem, bem estranho. Maria Trindade Batista (LIMA, 2013. P. 67).

As moças casavam-se muito novas, e a comunidade tinha como prática casamentos entre parentes, isso se perdeu um pouco com o passar do tempo, porém há exceções, algumas raras vezes há a presença do casamento entre parentes. Diante dessas relações familiares além das características comuns – a ancestralidade negra – há também a relação de parentesco e permanência do território dos remanescentes de quilombos. Os fazendeiros dos anos 80, também praticavam esses atos, porém o objetivo desses fazendeiros era manter o patrimônio da família.

Tia Adelaide Maria Ferreira levou o nome em homenagem a Adelaide Maria Trindade e casou-se com o último filho da Adelaide Maria Trindade. Daí os dois casaram, que é o Joaquim esse que fazia os artesanatos. Ela casou-se com 13 anos. Aqui casavam jovens e as vezes entre parentes. Não deixavam casar com parentes muito perto. Mas na quarta ou quinta geração isso continua acontecendo. Isso quase não parou porque a mãe do meu marido era minha prima. O pai de meu marido era filho da Berberina (ela escrava mesmo) e era prima da minha mãe. E eu já casei com o Rui que é filho do primo da minha mãe. Daí tem a minha filha que é enfermeira ali, a Rosane que é casada com o filho do primo do Rui. Eles são primos em terceiro e casaram. Então era muito assim, os primos casavam e até agora continuam assim. Dona Maria Arlete Ferreira da Silva, (MARQUES, 2008, p. 59).

### 3.2.3 ENTRE BENZER E PARTEJAR

Há a existência de um contraste entre as mulheres da comunidade, antigamente elas se destacavam devido seus papéis de liderança, benzedeadas, parteiras, lavadeiras entre outras atividades, atualmente são ligadas a educação, a escola.

O ato do benzimento significa invocar uma graça, relação com o divino e, diante disso atingir a cura de uma doença, seja essa doença em humanos ou animais. Tem como função resolver problemas, devido à dificuldade de acesso a medicina, utilizava-se desses métodos para obter a cura. Ser benzedeadas era assumir um compromisso com a comunidade, cuidado das dores, acompanhamento. O trabalho relacionado a fé era característica essencial presente nessas mulheres,

[...] Na maioria dos povoados negros rurais por onde passei, as mulheres trabalham duas vezes mais que os homens, pois partejar, benzer e curar não tem dia nem hora marcados, ou, elas dizem não há tempo bom ou ruim, chuva ou vendo, esteja escuro ou claro [...] (PINTO, 2002, p. 443).

Com o passar no tempo, algumas práticas por elas desempenhadas foram sendo substituídas diante da necessidade, salienta-se que na comunidade de Adelaide Maria da Trindade Batista, há a existência de um posto de saúde, o qual por meio de diversas reivindicações foi construído para atendimento da população quilombola e dos seus arredores. Porém, por mais que as mulheres frequentem esses ambientes da contemporaneidade, não abandonam costumes adquiridos pelas suas antepassadas, ou seja, o benzimento é um ato ainda praticado pela comunidade, porém, é restrito aos remanescentes quilombolas.

Diante de pesquisas, percebe-se que na comunidade em estudo, várias foram as mulheres que desempenharam a função de partejar, ou seja, auxiliavam da maneira que poderiam para o nascimento das crianças. Essas mulheres eram bem reconhecidas dentro da comunidade, não partejavam em troca de dinheiro, e sim pelo “amor” a prática desse ato.

Dona Sebastiana, que trouxe muitas pessoas ao mundo, no bairro, na cidade e mesmo no interior de Palmas, declarou que, quando a chamavam, ela ia, preparava a mulher para ter o bebê depois dava assistência a mãe por um dia, fazendo chá ou algo que esta precisasse. Assegurou que as parteiras não cobravam mas que, às vezes, recebiam mantimentos.(MARQUES, 2008, p.119).

A minha vó era parteira. Minha vó acho que pegou mais de cinco mil crianças, diz que desde a idade de dezoito anos ela pegava criança, ela morreu com cento e quatro anos. Antes de ela morrer, ela morreu em

dezembro, em novembro ela pegou um neto meu, e ainda pegou mais um neto da falecida comadre Noca, ela pegou três crianças antes de morrer ainda, com cento e quatro anos. Tinha gêmeos e tudo ela pegava. Tem vários aí casados, que já são até advogados, que foi ela que pegou. A gente acostumava, nem ia no hospital, eu nunca fui, nem para ver assim, nem para tirar pressão, agora já vão porque a pressão está alta, está não sei o quê, nunca fui. Maria Trindade Batista. (LIMA, 2013. p. 67).

Geralmente as mulheres que desenvolviam atividades de partejar eram possuidoras do “poder” de benzer. Falar sobre o trabalho das benzedeadas necessita de cautela para a construção histórica, pois suas vivências não foram documentadas e sim foram perpetuadas diante da oralidade. É previsível que as formas de benzimento mudaram, ou seja, as falas, os gestos dessas mulheres tenham se modificado, mas a real intenção desse ato praticado, o cuidado e o amparo mantêm-se vivos através da temporalidade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades de remanescentes de quilombolas nos trazem a sentença viva de um passado marcado pela invisibilidade que perpetua até os dias atuais, não existe louvação no trabalho escravo das pessoas, porém essas pessoas remanescentes de quilombos são peças chaves para a compreensão e por fazerem-se parte da nossa história. O que percebe-se é que há um processo lento e gradativo da preservação desses ambientes na contemporaneidade, e apesar de estar ocorrendo esse processo, há muito que se estudar referente a essas pessoas ditas como remanescentes quilombolas. É necessário trazer a tona as suas memórias, os seus costumes para que assim as tradições sejam perpetuadas e apresentadas à sociedade em geral. Não importando a sua origem, realizar esse trabalho, é apresentar a comunidade, pessoas que foram as primeiras que tentaram fugir da morte, da dor, do medo, e de uma das principais a ausência de liberdade, por mais que essa liberdade não tenha sido adquirida totalmente no meio de vivência dos remanescentes, foi um ambiente no qual tentaram de certa maneira a criação de um espaço para fugir desses medos.

Os remanescentes de quilombos conseguiram através da oralidade preservar de certa forma suas imagens, é preciso que essa riqueza de material não se perca. É necessário tornar-se vivo esses ambientes na contemporaneidade, para que assim o preconceito e outros fatores sejam excluídos da sociedade, e que eles sejam cada vez mais bem vistos, observados como processo de formação da sociedade brasileira, e que foram peças centrais para a construção e perpetuação das nossas culturas.

Diante da construção desse trabalho evidenciou alguns aspectos a serem compreendidos pelos remanescentes de quilombos, em especial às mulheres presentes nesse meio, traçar esses caminhos, apresentar a comunidade de remanescentes de quilombos Adelaide Maria da Trindade Batista, sua questão territorial, o preconceito presente em relação a comunidade, alguns dos ofícios das mulheres, sejam eles de lideranças, lavadeiras, professoras, originam da construção social. Ressalta-se que precisamos acreditar também que a há a presença da individualidade dentro da comunidade, e determinadas particularidades, diante das palavras de Rago verifica-se que “Há um universo feminino, próprio, diferente do mundo masculino, mas não inferior, regido por outra lógica e racionalidade” (RAGO, 1985, p. 4).

Diante do exposto, visualiza-se que foi percorrida uma série de narrativas, visualizando a presença da mulher na comunidade remanescente de quilombo,

ressaltando o preconceito em relação à comunidade, os ofícios desempenhados por essas mulheres no qual alguns perpetuam até os dias atuais. É uma realidade observada que poucos da sociedade geral conhecem.

Há muito que ser estudado diante desses espaços, é um caminho no qual ainda estamos “engatinhando”, em busca de um efetivo reconhecimento, para assim as pessoas que vivem nesses espaços possam desfrutar das lutas por anos enfrentadas, alcançando assim a vitória almejada. É entre o cruzamento dos debates que buscamos apresentar a comunidade, na qual foi utilizada uma série de fontes, sejam elas, entrevistas, atas, certidões, jornais, para apresentação desse espaço e de alguns de seus costumes.

Por fim, acredita-se que esse trabalho é apenas o início de uma caminhada, ainda há muitas indagações a serem reveladas, para assim contribuir para a aquisição de pertencimento e reconhecimento dos remanescentes de quilombos. Há fontes inexploradas ainda, questões a serem resolvidas tais como os ensinamentos repassados de geração para geração. Destaca-se que foram pequenas as caminhadas até aqui, e que há muito que se discutir em relação a essa comunidade, e a visibilidade desses povos até então invisibilizados/excluídos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Documentais:

Estatuto da Associação da Comunidade Negra Rural Adelaide Maria da Trindade. Registrado sob nº 511, fl. 07 vº/09, Livro A nº 07 – 31.08.07.

Livro de registro de Atas da comunidade negra de remanescentes de quilombo do bairro São Sebastião do Rocio, Palmas/PR, 2005 – 2015. Livro 01, 28 de janeiro de 2005, p. 01-02.

### Fontes Orais

Depoimento de SILVA, Maria Arlete Ferreira da. Outubro, 2015. Acervo da autora.

### Documentos Online:

Os Decretos disponíveis encontram-se disponíveis no site da Câmara Legislativa [www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)

Decreto nº 4.887, De 20 De Novembro de 2003. Acessado em: Setembro de 2015.

**Relatório do grupo de trabalho Clóvis Moura** (2005-2010). Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>.

Acessado em: Junho de 2015.

**Relatório antropológico da comunidade negra Adelaide Maria Trindade Batista** – Palmas/PR. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/424.pdf>>. Acessado em: Junho de 2015.

Adelaide Maria da Trindade Batista. **CRQ Comunidade Remanescente quilombola Adelaide Maria da Trindade Batista**. Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=39>.

Acessado em: Agosto de 2015.

### Sites:

**Annales ESC**, mars-avril 1986, nº 2, pp. 271-293. Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia\\_das\\_mulheres\\_nuteg.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia_das_mulheres_nuteg.pdf). Acesso em: Novembro de 2015.

ALVES, Diorgenes de Moraes Correia. **Luta pela terra dos quilombos de Palmas: do quilombo aos direitos territoriais**. Pato Branco, 2013

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508 p. ISBN 9788535201550.

CASTRO, Hebe. História Social. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, M. M. (Org.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral Multidisciplinaridade**. Rio de JaneiroRJ: Diadorim editora Ltda, 1994.
- LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. 16. reimp. da 48. ed. de 1993. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Sítio do Pica-pau Amarelo).
- LOCCA, Luciana Stephani Silva. **Regularização das Terras Quilombolas: Um Desafio Frente ao Capitalismo Brasileiro**. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT16-867-685-20120629232133>. Acessado em: Agosto de 2015.
- LIMA, Hellen Cris Leite de. **A construção da memória coletiva na comunidade Remanescente de Quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista** (Palmas-PR).
- MACHADO, Cleber Alves, A trajetória da mulher quilombola mineira. Apud. TRINDADE, Joseline Simone Barreto. **Mulheres quilombolas: história de luta e resistência na terra**. Apud: <http://www.amde.ufop.br/tccs/Sete%20Lagoas/Sete%20Lagoas%20-%20Clever%20Machado.pdf>. Acessado em: Junho de 2015.
- MARQUES, Sônia Maria dos. **Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio**. Tese de Doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2008.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom & HOLANDA, Fabiola. **Historia Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo, Contexto, 2011.
- MONTEIRO, Karoline dos Santos. A representatividade e os nomes e significados do trabalho das mulheres quilombolas na Paraíba. In: Anais 18º REDOR. Recife/Pernambuco, p. 1741-1742. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2310/741>. Acessado em Novembro de 2015.
- MOURA, Glória. **Festa dos Quilombos**. Ed EDU – UNB. 2012.
- NETO, Clemilda Santiago. **A questão da terra e meio ambiente nas comunidades negras do Paraná**. Disponível em: <http://quilombosnoparana.spaceblog.com.br/333206/A-QUESTAO-DA-TERRA-E-MEIO-AMBIENTE-NAS-COMUNIDADES-NEGRAS-DO-PARANA/>. Acessado em: Novembro de 2015.
- Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. **Comunidade Quilombola do Rocio: Adelaide Maria Trindade Batista, Castorina Maria da Conceição e Tobias Ferreira – Fascículo 03**. 2009.
- NUNES, Georgina Helena. **Mulheres negras em seus protagonismos: paradoxos em relação ao gênero**. Disponível em: <http://www.quilombos.ufpel.edu.br/uploads/publicacoes/NziXDy.pdf>. Acessado em: Abril de 2016.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). **Terra de quilombos**. ABA – Decânia CFCH/UFRJ: Rio de Janeiro, 1995. Apud MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Op. Cit. p. 52-53.
- O RECONHECIMENTO do direito à terra dos quilombolas a partir do multiculturalismo dos direitos humanos. Disponível em: [http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/artigos/docs\\_artigos/o-reconhecimento-do-direito-a-terra-dos-quilombolas-a-partir-do-multiculturalismo-dos-direitos-humanos](http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/o-reconhecimento-do-direito-a-terra-dos-quilombolas-a-partir-do-multiculturalismo-dos-direitos-humanos). Acessado em: Novembro de 2015

- PALMAS. **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**: Comunidade quilombola do Rocio – Adelaide Maria Trindade Batista, Castorina Maria da Conceição e Tobias Ferreira. Fascículo 03, Palmas-PR: UEA Edições, 2010.
- PINTO, Benedita celeste de Moraes. Vivências cotidianas de parteiras e experientes do Tocantins. Ver. Estudos Femininos Florianópolis, v. 10. Nº 02, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14969>. Acessado em: Abril de 2016.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos. Vol. 5, nº 10, 1992, p. 201-202. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em Agosto de 2015.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos. Vvol5. Nº10. Rio de Janeiro, 1992. p. 200-212.
- PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. (Org.) **Memória dos povos do campo no Paraná**. Curitiba: ITCG, 2013.
- SANTOS, Maria José. Mulheres quilombolas: memória é acervo de nossa história. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. 1 Mestre em Educação: História, Política, Sociedade - PUC /SP Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiro – NEAB/UFPE.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VANDRESEN. José Carlos. **Territorialidade quilombola**: A ferramenta da nova cartografia social na afirmação da identidade coletiva e na identificação do território tradicionalmente ocupado. Disponível em: [http://anais.unicentro.br/sec/iiisec/pdf/trabalho\\_210.pdf](http://anais.unicentro.br/sec/iiisec/pdf/trabalho_210.pdf)

## ANEXOS

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

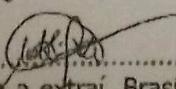
**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

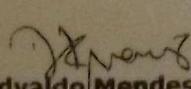
O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n. 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade Adelaide Maria trindade Batista**, localizada no município de Palmas, Estado do Paraná, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 10, Registro n. 954, fl. 19, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):

Auri Silveira – CPF nº 214.934.999-04  
 Alcione Ferreira da Silva – CPF nº 575.363.419-20  
 Leidi Dayane Batista trindade – CPF nº 972.199.409-04  
 Maria Aparecida Silveira dos Santos – CPF nº 972.199.409-04  
 Erinéia dos Santos da Silva – CPF nº 024.874.459-70

Eu, Maria Bernadete Lopes da Silva (Ass.).........., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 19 de março de 2007.

O referido é verdade e dou fé

  
**Edvaldo Mendes Araújo**  
 Presidente

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242  
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

*"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)*

Imagem 01 - Certidão de Auto- Reconhecimento emitido pela Fundação Palmares à comunidade de Remanescentes de Quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista – Palmas/ PR



Imagem 02 – Fotografia das lavadeiras do Bairro. Acervo pessoal da Dona Maria Arlete Ferreira da Silva.

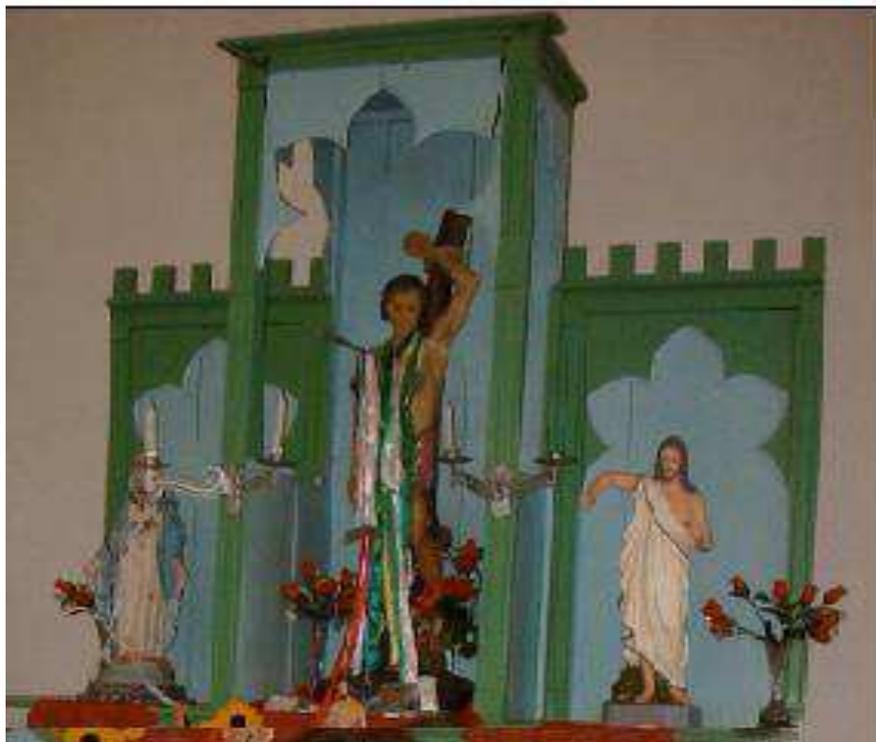


Imagem 03 – São Sebastião no altar da Igreja da Comunidade<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> MARQUES, Sônia Maria dos. **Pedagogia do estar junto**: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio. Tese de Doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2008.p. 197.

Legislativo, onde serão debatidos...  
o ano.

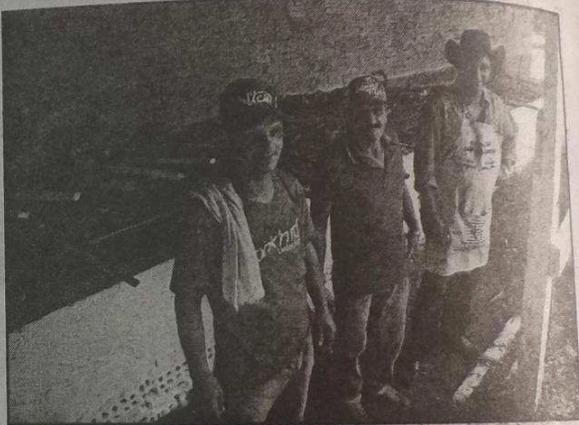
## Festa de São Sebastião celebrou a religiosidade de seus devotos



O tempo colaborou no domingo e as pessoas que veneram São Sebastião puderam apreciar uma grande festa, seja na parte religiosa ou de diversão. A programação teve início com as novenas que teve a colaboração de representantes de 12 bairros do município. Em todas, a comunidade esteve presente em excelente número deixando evidente a religiosidade do palmense.

Já no domingo houve a procissão que saiu da entrada do bairro São Sebastião do Rocio se encaminhando até a capela onde foi celebrada a missa com expressiva participação dos devotos. Depois disso, teve o almoço com churrascada, foram vendidos cerca de mil quilos de carne, e à tarde dançante animada pelo Grupo Os Tacans; em seguida o sorteio de brindes e outras atividades que atraiu um público significativo, segundo a organização, em torno de 2.200 pessoas.

A organização também destacou que a arrecadação da festa do ano anterior foi utilizada para melhorias na estrutura física do local do evento.



O conselho da capela e sua presidente, Luciane Silva, agradecem aos doadores das prendas, aos assadores e todas as pessoas que colaboraram com a festa.

**Granhadores**  
Sofá: Hamilton dos Santos Oliveira  
Rifa do Bolo: Antonio Carlos da Silva.

**Histórico da festa**  
A festa de São Sebastião teve início com a vinda de Adelaide Maria Trindade Batista e outros negros escravizados em 1836, a qual trouxe a imagem de São Sebastião para essa comunidade que deram o nome de Rocio. Com o passar do tempo por uma lei municipal o bairro passou a se chamar-se São Sebastião do Rocio. Por ser um santo protetor dos animais livrando os mesmo das pestes, protegendo as matas e os campos e livrando as pessoas das doenças, as pessoas são devotos de São Sebastião.

A festa é realizada no dia 20 de janeiro, em honra a São Sebastião, vem transcorrendo a 178 anos, passando de geração a geração preservada pelos descendentes quilombolas e por todos os fazendeiros e pessoas devotos que com as doações feitas é possível preservar a Igreja e todo o patrimônio existente da capela.



Imagem 04 - Jornal A Folha do Sudeste, 22 de Janeiro de 2014, edição nº 1001.